



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A DESAPROPRIAÇÃO DOS MORADORES DO ENGENHO SÃO JOÃO NOVO NO MUNICÍPIO DE POMBOS, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2025 NA CÂMARA DE VEREADORES DE POMBOS.

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2025, às 09h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Pombos, situada à Avenida Joaquim Falcão, nº 44, nesta cidade, foi realizada Audiência Pública para tratar da situação das famílias residentes no Engenho São João Novo. O evento contou com a presença de diversas autoridades, lideranças políticas, representantes institucionais e membros da sociedade civil. Estiveram presentes o empresário Rogério Borges, o Senhor Jairo Rubens, assessor do Deputado Estadual Waldemar Borges, e o Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, Ricardo Amaral. Compuseram a mesa os Senhores Vereadores: José Roberto dos Santos, José Aglailson Lino, Carmeluce Verçosa de Melo, Eliane Valdeci dos Santos Arruda, Luana Lais da Silva, Washington da Silva Oliveira, Adriano Alfredo, José Roberto Belarmino de Lira e Antônio Severino da Costa, sob a presidência do Senhor Vereador Rivaldo José de Freitas Andrade, o empresário Dr. Rubens Barbosa, comprador das terras do Engenho São João Novo, acompanhado de sua filha, a advogada, Dra. Sandra Barbosa, o Procurador Geral do Município, Dr. Jaelson Elias, o representante da Organização de Luta Camponesa (OLC), Senhor Erivaldo, o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Senhor Samuel, o representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Senhor Plácido, bem como representantes da comunidade local, Senhora Luci da Usina e Senhora Maria Pâmela. Esteve ainda presente o ex-vereador e atual presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Pombos, Senhor Honório Alves, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos, Senhor João de Ronda. A composição da mesa e a presença dos diversos representantes evidenciaram o caráter plural, democrático e participativo da audiência, cujo objetivo principal foi promover o diálogo entre as partes envolvidas e buscar alternativas justas e pacíficas para o conflito fundiário em questão. Com a palavra, o Senhor Vereador José Roberto dos Santos, ao fazer uso da palavra, destacou que a importância da realização da Audiência Pública reside na sua origem legítima, pautada nas demandas apresentadas pela população. Enfatizou que sempre esteve disponível para ouvir as necessidades da comunidade e que, desde o momento em que tomou conhecimento da possibilidade de desapropriação das famílias residentes no Engenho São João Novo, sentiu-se profundamente sensibilizado com a situação. Diante disso, o parlamentar afirmou que articulou a realização da presente audiência como um instrumento legítimo de escuta e diálogo, visando reunir as partes envolvidas e promover um espaço institucional para debate, acolhimento das reivindicações



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

e encaminhamento de soluções, sempre priorizando uma resolução pacífica, justa e dialogada para o conflito fundiário em questão. Reforçou, ainda, seu compromisso com a defesa dos direitos da população e com o fortalecimento dos mecanismos democráticos de participação popular. Com a palavra, a Dra. Sandra Barbosa, advogada e filha do empresário Rubens Barbosa — empreendedor atuante no município desde 1981 e atual comprador do Engenho São João Novo —, esclareceu os marcos jurídicos que fundamentaram a aquisição das referidas terras em nome do Grupo Xavante, empresa de propriedade de Rubens e Ruy Barbosa. Ressaltou, ainda, que informações falsas têm sido disseminadas a respeito do prazo para a eventual desapropriação dos moradores e que tudo será feito de maneira pacífica e mais amigável possível. Com a palavra, o empresário Dr. Rubens Barbosa esclareceu que contratou um topógrafo com o objetivo de obter uma delimitação precisa das terras adquiridas e, a partir desse levantamento, poderá convocar uma reunião para adoção das medidas cabíveis. Destacou seu compromisso em conduzir a situação da melhor forma possível, prezando pelo diálogo e pela solução pacífica. Agradeceu o convite para participar do momento e informou que sua filha solicitou uma relação nominal dos moradores, a fim de viabilizar o levantamento necessário e o devido encaminhamento do tratamento da questão. Com a palavra, a Sra. Luci da Usina, bióloga e gestora ambiental, iniciou sua fala com a leitura de um versículo bíblico e ressaltou que a população ali reunida não está em busca de confronto, mas sim exercendo o legítimo direito à moradia, garantido pela Constituição Federal. Enfatizou que o poder emana do povo e que a sabedoria reside nele. Em sua fala, afirmou que tanto o juiz quanto o comprador das terras agiram de forma equivocada, uma vez que havia conhecimento prévio da presença de famílias residindo na localidade. Ressaltou a importância da formalização dos direitos à moradia e ao trabalho. Reiterou que o chefe do Executivo Municipal deve agir com sensibilidade diante da situação e declarou que não aceitará acordos que estejam à margem da legalidade, exigindo a participação ativa da população em todas as etapas do processo. Com a palavra, a Sra. Pâmela, representante dos moradores do Engenho São João Novo, expressou seus agradecimentos pelo apoio recebido do parlamentar Antônio Severino da Costa e do empresário Rogério Borges. Em sua manifestação, afirmou ter aguardado um posicionamento por parte dos poderes Executivo e Legislativo, ressaltando que os moradores foram os últimos a serem informados sobre a situação. Destacou, ainda, de forma emocionada, que a comunidade apenas reivindica aquilo que, por direito, já lhes pertence. Com a palavra, o Sr. Erivaldo, representante do OLC, destacou a necessidade de o INCRA intervir no processo, solicitando o embargo do leilão referente às terras em questão. Reiterou seu compromisso em defender os direitos dos trabalhadores e sugeriu que a localidade fosse transformada em um assentamento, propondo que este recebesse o nome de “Eduardo Campos”



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

em homenagem ao ex-governador. Com a palavra, o Sr. Samuel, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), manifestou repúdio à fala do vereador e líder do governo, que, na última reunião, afirmou que o MST não deveria estar presente. Aproveitou a oportunidade para destacar a relevância histórica e social do movimento no Estado de Pernambuco. Reiterou que o embargo do leilão é uma medida viável e criticou o fato de o referido leilão ter se transformado, segundo ele, em um “consórcio de fazendeiros”, situação que não pode mais ser admitida. Ressaltou que a população local possui uma dívida trabalhista acumulada há mais de 40 anos e que não pode depender da boa vontade do empresário que adquiriu as terras. Enfatizou, ainda, que o programa “Terra da Gente”, do Governo Federal, se encaixa adequadamente nesse contexto e informou que o INCRA deverá se habilitar no leilão da área. Com a palavra, o Sr. Plácido, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), relatou sua experiência em processos similares e afirmou que o leilão em questão não seguiu os trâmites legais adequados, uma vez que o laudo técnico não mencionava a existência de famílias residentes na localidade. Ressaltou que diversos direitos estão em disputa e que a situação deve ser resolvida da forma mais justa e pacífica possível. Concordou com a colocação feita anteriormente pelo Sr. Samuel, de que, historicamente, os direitos dos empresários costumam prevalecer sobre os direitos da população trabalhadora. Sugeriu que um órgão governamental competente realize um levantamento situacional detalhado de cada família residente no Engenho São João Novo. Propôs, ainda, que os encaminhamentos da audiência sejam comunicados ao Poder Judiciário, destacando o consenso entre os presentes quanto à necessidade de uma nova avaliação da área. Defendeu que a SERAGA (Secretaria de Reforma Agrária) seja formalmente notificada e passe a integrar o processo, a fim de contribuir com a proteção dos direitos da população local. Por fim, recomendou que o INCRA também seja informado oficialmente sobre os fatos tratados na audiência. Com a palavra, o presidente da audiência concedeu a palavra à população local, momento em que o Sr. Andorinha, morador e agricultor da comunidade, fez uso da fala por meio de uma poesia emocionada, na qual fez um apelo para que as famílias não sejam desapropriadas de suas terras. O agricultor Josivan fez uso da palavra representando a comunidade com sabedoria e equilíbrio. Em sua fala, ressaltou que os moradores não têm a intenção de tomar o que pertence a outrem, mas sim de garantir os direitos que lhes são assegurados. Destacou, ainda, que o Poder Executivo não possui responsabilidade direta sobre a situação em questão. A Sra. Joseane, moradora da comunidade, fez uso da palavra para manifestar compreensão quanto ao posicionamento do comprador das terras. No entanto, enfatizou a necessidade de dispor de garantias concretas que assegurem juridicamente os direitos dos moradores. Reiterou que sua principal reivindicação é a formalização legal desses direitos. Com a palavra, o ex-vereador Honório Alves, atual presidente do Partido dos



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Trabalhadores (PT) no município de Pombos, destacou em sua fala que conhece a trajetória do empresário Dr. Rubens Barbosa. Contestou a narrativa de que a falência da Usina Nossa Senhora do Carmo se deu por falta de recursos, afirmando que a verdadeira causa estaria relacionada à inadimplência tributária da empresa. Honório também ressaltou a importância da permanência das populações no campo, afirmando que o processo de imigração urbana tem sido um dos principais fatores de prejuízo para o desenvolvimento nacional. Encerrou sua fala reforçando o papel fundamental dos trabalhadores rurais no crescimento e na sustentabilidade do país. Com a fala, a Senhora Vereadora Eliane Valdeci dos Santos Arruda, ao fazer uso da palavra, destacou a importância de unir esforços entre as instituições públicas e órgãos competentes, que possuem instrumentos legais e operacionais, no sentido de atuarem de forma conjunta e coordenada em defesa dos direitos das famílias residentes no Engenho São João Novo. Enfatizou que, diante da complexidade da situação e dos impactos sociais envolvidos, é essencial que o processo seja conduzido com diálogo, sensibilidade e respaldo jurídico, a fim de garantir a proteção das pessoas diretamente afetadas. Reiterando seu compromisso com a causa, a parlamentar declarou que coloca-se, em nome do Poder Legislativo Municipal, inteiramente à disposição para colaborar com as ações que visem assegurar justiça, dignidade e estabilidade social aos trabalhadores e suas famílias, reafirmando que a Câmara de Vereadores deve ser uma aliada na busca por soluções responsáveis e humanas. Na ocasião, a vereadora também ressaltou que o empresário adquirente das terras deve manter a palavra dada em reunião anterior, quando se comprometeu a não promover, neste momento, qualquer medida de desapropriação contra os moradores. Ressaltou, ainda, que o cumprimento desse compromisso é fundamental para preservar o clima de paz e permitir que as tratativas ocorram com base na confiança, no respeito mútuo e na construção de alternativas que contemplem o interesse coletivo. Com a palavra, o Senhor Vereador Antônio Severino da Costa, ao fazer uso da palavra, enfatizou a relevância e a urgência da luta em defesa das famílias residentes no Engenho São João Novo, que estão enfrentando o risco de desapropriação das terras onde vivem há décadas. Relatou que, ao tomar conhecimento da situação, ficou profundamente sensibilizado com a realidade enfrentada por essas comunidades, reconhecendo o impacto social e emocional que a incerteza sobre a permanência nas terras tem causado a todos os envolvidos. O parlamentar afirmou que, segundo informações de conhecimento público, o Poder Executivo Municipal já tinha ciência da aquisição das terras por parte de um novo proprietário, mas somente veio a se manifestar após a mobilização espontânea dos moradores e o início da repercussão do caso, o que, segundo ele, evidencia a necessidade de uma postura mais proativa por parte da gestão em situações que envolvam o bem-estar da população. Por fim, o vereador reafirmou de maneira firme e solidária o seu apoio integral aos moradores do



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Engenho São João Novo, comprometendo-se a defender seus direitos, acompanhar de perto as tratativas legais e institucionais, e buscar junto às autoridades competentes alternativas viáveis que garantam segurança, dignidade e estabilidade às famílias que historicamente ocupam e cuidam daquela terra. Com a palavra, O Excelentíssimo Senhor Prefeito Elias Batista de Lima reiterou, em sua manifestação, o seu compromisso com a população, afirmando que está ao lado do povo e que deseja que a situação em questão seja resolvida da melhor forma possível*, de maneira justa, pacífica e que preserve os direitos e a dignidade das famílias envolvidas. Com a palavra, o Senhor João de Ronda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos, após saudar a Mesa Diretora, ressaltou que as terras em questão encontram-se sob embargos legais, o que exige atenção especial por parte das autoridades. Reafirmou seu compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, destacando que continuará lutando junto às instituições competentes para garantir justiça e segurança às famílias atingidas pelo processo de desapropriação. Informou, ainda, que irá até a sede do INCRA já na data seguinte com o objetivo de reivindicar os direitos relativos às ações trabalhistas vinculadas ao caso, buscando o reconhecimento e a proteção legal dos ocupantes das terras. Na oportunidade, fez um apelo aos poderes Executivo e Legislativo municipais, solicitando apoio logístico, especialmente no que se refere ao transporte e à alimentação dos representantes que participarão da mobilização junto ao referido órgão federal. Com a palavra, o Senhor Dr. Jaelson Elias, Procurador-Geral do Município, ao fazer uso da palavra, reconheceu como legítima a manifestação dos moradores do Engenho São João Novo, destacando que o exercício do direito à mobilização e à expressão é assegurado constitucionalmente, especialmente diante de situações que envolvem riscos sociais e coletivos. Ressaltou, contudo, que a Prefeitura Municipal de Pombos pauta sua atuação pelo estrito cumprimento do princípio da legalidade, adotando medidas dentro dos limites da lei e com base nos instrumentos jurídicos disponíveis. Em resposta à fala do representante do MST, Senhor Samuel, o Procurador-Geral esclareceu que não há qualquer tratativa ou intenção, por parte do Poder Executivo, de realizar trocas de cargos ou acomodações políticas como meio de solução para o impasse em questão, reafirmando o compromisso da gestão com a ética, a responsabilidade institucional e o interesse público. Com a palavra, o Senhor Vereador Rivonaldo José de Freitas Andrade, Presidente da Câmara Municipal, colocou à disposição da população o corpo jurídico desta Casa Legislativa, reafirmando o compromisso do Poder Legislativo com a defesa dos direitos dos cidadãos e com o apoio institucional às demandas de interesse coletivo, especialmente nas situações que envolvem conflitos fundiários e sociais relevantes para o município. Com a palavra, o Senhor Vereador José Roberto dos Santos, Líder do Governo na Câmara Municipal, ao fazer uso da palavra, destacou a importância da realização da Audiência Pública, ressaltando que teve a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

iniciativa de propor e encabeçar esse movimento, com o objetivo de promover o diálogo entre as instituições e a população afetada, reafirmando seu compromisso em defender os interesses do povo de Pombos. Em seu pronunciamento, o parlamentar fez referência à sua trajetória pública, com quase 35 anos de atuação política, e aproveitou a ocasião para parabenizar todos os componentes da mesa pela presença e pela contribuição ao debate. Em resposta à fala do Senhor Samuel, representante do MST, o vereador esclareceu que já integrou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que continuará apoiando todas as causas que estejam ao lado do trabalhador e da justiça social. Contudo, o vereador também ponderou que existem pessoas dentro do movimento com posturas que não condizem com seus princípios, motivo pelo qual manifestou repúdio à fala do representante do MST na audiência, reafirmando seu posicionamento firme, ético e coerente com sua história de luta em favor das causas populares. O presidente da Audiência encerra a presente com as Deliberações da Audiência Pública:

- O Senhor Dr. Rubens Barbosa, empresário que comprou o Engenho São João Novo, ficará responsável por realizar um levantamento situacional detalhado, com o objetivo de reunir informações técnicas, jurídicas e sociais que subsidiem as próximas etapas do processo. Após a conclusão deste levantamento, será agendada uma reunião com a população diretamente envolvida, para apresentação dos dados e encaminhamentos;
- Será providenciado o envio de ofícios e comunicações formais aos órgãos competentes, incluindo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e demais instituições envolvidas, a fim de dar ciência da realização da presente Audiência Pública e solicitar apoio e colaboração institucional na busca por uma solução pacífica, legal e socialmente justa para o impasse fundiário.

Atenciosamente,

Rivonaldo José de Freitas Andrade
Presidente
Câmara Municipal de Pombos – PE